

A EXPANSÃO DO PORTUGUÊS NA AMÉRICA LATINA

Paulino Vandresen

RESUMO

Nesta comunicação fazemos uma rápida consideração sobre a expansão do português em território brasileiro, conquistando falantes de línguas indígenas, africanas e de imigrantes. Nossa maior atenção se volta, entretanto, para o contato espanhol/português ao longo das fronteiras com os países ibero-americanos, destacando o aumento no uso das duas línguas por causa do incremento nas atividades comerciais em função dos acordos do Mercosul. Faremos, ainda, um histórico das políticas linguísticas do governo uruguaio em relação aos dialetos portugueses falados naquele país. Analisamos, também, a questão do ensino do português como língua estrangeira na América Latina em função dos acordos do Mercosul, com destaque para as “escolas bilíngues de fronteira”.

PALAVRAS-CHAVE: Português na América Latina; dialetos portugueses no Uruguai; português como língua estrangeira.

1. Introdução

O português, embora língua oficial do Brasil, é uma língua alóctone na América Latina. A conquista linguística do vasto território brasileiro começou em 1500. Segundo a *Carta de Caminha*, quatro portugueses foram deixados aqui: “Creio, Senhor, que com estes dois degredados que aqui ficam, ficam mais dois grumetes que esta noite no esquife, em terra fugida, os quais não vieram mais [...]”.

No período colonial o contato do português se deu, principalmente, com línguas do tronco tupi-guarani, faladas no litoral e ao longo dos rios da bacia do Rio da Prata¹. Algumas dessas línguas serviram de base para a catequese dos índios nas missões jesuíticas, com base, entre outros, nos trabalhos de Anchieta (“Arte da Gramática da língua mais usada no Brasil”, “Vocabulário da língua tupi” e os “Autos”). Surgem, em sequência as “línguas gerais ou francas” com as designações de “Língua Brasília” no sudeste, “Língua Geral Amazônica” ou “Nheengatu” no norte e “Guarani” no sul. Como a colonização, nos dois primeiros séculos, era feita predominantemente por aventureiros, soldados e mesmo, presidiários (que vinham sem família) houve grande miscigenação com a população indígena, criando uma situação de bilinguismo, com predomínio das línguas gerais no contexto familiar.

Com a restauração do império português e a expulsão dos Jesuítas sob a acusação de “negligência no ensino do Português aos nativos convertidos, com preferência para idioma Tupi, para mantê-los sob seu controle, através da barreira linguística entre nativos e colonos”², as línguas gerais perderam influência na sociedade colonial.

Para restabelecer o domínio da língua portuguesa na colônia americana, o governo português baixou instruções para coibir o uso das línguas gerais ou de outras línguas estrangeiras. Em termos de política linguística oficial, é importante frisar que entre 1650 e 1973 o uso das línguas indígenas não contava com a aprovação governamental, não se fazendo nenhum esforço pela preservação nem das línguas indígenas nem de seus falantes. Das prováveis mil línguas e alguns milhões de falantes restam, nos dias de hoje, em torno de 180 línguas indígenas e menos de 250.000 falantes, em todo o território brasileiro.

Os índios brasileiros estão atualmente envolvidos em um sistema de educação bilíngue, preconizado pela constituição de 1988, que, no curto prazo, deverá levar o português aos últimos redutos da população indígena.

As línguas africanas trazidas com o tráfico de escravos tiveram vida ainda mais curta do que as línguas indígenas, contribuindo, contudo com emprésti-

¹ RODRIGUES, Aryon D. Línguas indígenas: 500 anos de descoberta e perdas. *D.E.L.T.A.*, n 9, v. 1, p.83-103, 1993

² SOUTO MAIOR, Mário *História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977. p. 141

mos lexicais que enriqueceram o português brasileiro, conforme demonstrou Pessoa de Castro³, entre outros.

O movimento imigratório europeu e asiático, iniciado após a independência, trouxe ao Brasil mais de quatro milhões de imigrantes, falantes de algumas dezenas de línguas. Embora ainda tenhamos falantes de muitas dessas línguas, a grande maioria dos descendentes desses imigrantes já tem o português como a língua em que apresentam maior competência comunicativa⁴.

Feito este preâmbulo histórico, retratando o avanço do português sobre as línguas autóctones (indígenas) e alóctones (africanas e de imigrantes), vamos direcionar nossa atenção mais especificamente para as situações de contato do português com o espanhol. Consideraremos, especialmente: o contato português/espanhol no Brasil; o contato português/espanhol nas fronteiras; o contato português/espanhol além fronteiras – o caso do Uruguai, e a expansão do português na América Latina através do ensino, antes e depois do Mercosul. Concluiremos nossa apresentação com algumas observações sobre políticas linguísticas necessárias para assegurar à língua portuguesa um papel de destaque na América Latina.

2. O contato espanhol/português na América Latina

Como Portugal, também o Brasil tem como vizinhos falantes de espanhol. Da Venezuela ao Uruguai são 12.864 quilômetros de fronteira com países “hispanohablantes”. O contato com outras línguas, como o francês na fronteira Guiana Francesa /Amapá e o inglês na fronteira Roraima/Guiana, também está merecendo a atenção de pesquisadores brasileiros, mas não será aqui objeto de nossa comunicação.

2.1 A presença de imigrantes espanhóis no Brasil

Se fizermos uma retrospectiva histórica, podemos salientar que já fomos súditos de Felipe II, rei de Espanha, de 1580 a 1640. Tivemos neste período, em

³ PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

⁴ HEYE, Jürgen; VANDRESEN, Paulino. Línguas em contato. In: CARDOSO, Susana et al. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística no Brasil*. Salvador: Funcultura, 2006. p. 381-411.

Portugal, uma forte influência da língua espanhola. Teyssier⁵ assinala que vários autores portugueses escreviam também em espanhol para serem reconhecidos na corte. A repercussão do domínio espanhol no Brasil foi obscurecida pela invasão e pelo domínio holandês no nordeste brasileiro, que coincidiu com este período.

Entre o século XIX e o início do século XX, tivemos uma significativa imigração espanhola. Aguiar⁶ traz cifras impressionantes. Teriam emigrado para o Brasil em torno de 400.000 espanhóis cujos descendentes já estão totalmente aculturados ao português, talvez, porque grande parte deles fosse constituída por falantes de galego, língua muito próxima ao português.

Atualmente, face aos grandes investimentos espanhóis no Brasil estariam no Brasil mais de 120.000 espanhóis entre executivos e imigrantes⁷.

Mas, o maior número de imigrantes (ou clandestinos) de fala espanhola é constituído por latino-americanos que vêm ao Brasil em busca de trabalho ou estudo. Estima-se que possam chegar a 800.000 estes falantes de espanhol que tentam aprender o português por contato com brasileiros, meios de comunicação ou em cursos de português para estrangeiros, oferecidos por universidades ou cursos particulares.

2.2 Português e espanhol em contato nas fronteiras

De forma geral, o contato linguístico entre o português e o espanhol nas fronteiras não foi intenso. O Brasil se desenvolvia mais no litoral e estava “de costas” ou “de espaldas” para as populações de fala espanhola. Quando não, a situação era de guerra: pela posse da Banda Oriental, em defesa da fronteira gaúcha, guerra do Paraguai, e luta pela posse do Acre.

Na fronteira com alguns países, como Venezuela, Colômbia e Peru, só recentemente se estabeleceram comunidades fronteiriças em que o bilinguismo espanhol/português se tornasse possível. Na verdade, nessas fronteiras predominam povos indígenas, com grande diversidade linguística, e escasso contato com o português.

Na fronteira com a Bolívia, além das populações indígenas, temos a cidade de Corumbá, fundada no século XIX. Nos últimos 50 anos esta região tem

⁵ TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

⁶ AGUIAR, Carlos. *Os espanhóis no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

⁷ FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. El español em Brasil. In: SEDYCIAS, João. (Ed.). *O ensino de espanhol no Brasil*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 14-34.

apresentado um intercâmbio comercial intenso, levando a um uso regular das duas línguas. Fenômeno recente é o avanço da frente agrícola para além da fronteira, com o estabelecimento de produtores brasileiros de soja e milho em terras bolivianas. Esse mesmo fenômeno já havia ocorrido no Paraguai, incentivado pelo presidente paraguaio Stroessner que incentivou colonos brasileiros a se estabelecerem naquele país. Dessa forma, este é um dos países em que o português está mais presente não só nas cidades fronteiriças, como Puerto Nacional/Foz do Iguaçu, mas também no falar dos “brasiguaios” no interior do Paraguai.

Na Argentina, as cidades com maior contato linguístico são Bernardo de Irigoyen (Dionísio Cerqueira-SC e Barracão-PR), Santo Tomaz (São Borja-RS), Paso de los Libres (Uruguaiana-RS) e La Cruz (Itaqui-RS). Nas cidades de fronteira o bilinguismo português/espanhol está sendo ampliado significativamente através das Escolas Bilíngues de Fronteira sobre as quais falaremos adiante.

A fronteira com o Uruguai é, em sua maior parte, formada por uma linha seca, havendo, por isso, vastas áreas de fácil contato entre os habitantes dos dois países. A maior concentração de bilíngues se dá nas cidades de Rivera/Santana do Livramento-RS, Rio Branco/Jaguarão-RS e Chuy/Chuí-RS.

Com a criação do Mercosul, as atividades econômicas e culturais incentivaram os contatos comerciais e culturais, elevando o interesse na aprendizagem do português e do espanhol.

2.3 O contato português/espanhol além-fronteiras – o caso do Uruguai

Já nos referimos ao contato do português com o espanhol no interior da Bolívia e do Paraguai, motivado por emigrantes brasileiros que se estabeleceram naqueles países. O caso do Uruguai é inteiramente diferente. A presença do português naquele país é resultado de um programa de ocupação de territórios desenvolvido pelo governo português depois da restauração de sua monarquia em 1640. Temos uma sequência de fundações de cidades em direção ao Sul – Antonina-PR (1656), São Francisco do Sul-SC (1668), Desterro-SC (hoje Florianópolis-1660), Laguna-SC (1662) e, num lance de grande ousadia, a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, na Bacia do Rio da Prata, praticamente em frente de Buenos Aires.

O território da Banda Oriental ou Província Cisplatina foi duramente disputado por espanhóis e portugueses, com guerras e tratados que mudavam

sua jurisdição ou seus limites territoriais. Com a independência dos países americanos continuou a disputa pela posse desse território entre Argentina e Brasil.

A solução salomônica, proposta pelo Império Britânico, foi a criação da “República Oriental del Uruguay” que em seu território abrigava falantes de espanhol e português. Como o espanhol foi escolhido como língua oficial, o governo uruguaio começou a implementar o uso dessa língua em seu território. Entre 1831 e 1862 desenvolveu um programa de fundação de povoados com falantes de espanhol nas áreas dominadas por descendentes de colonos portugueses. Mas, até quase o final do século XIX, as duas línguas eram usadas em instâncias particulares e oficiais caracterizando uma situação de bilinguismo, sem diglossia.

No final do século XIX, autoridades uruguaias se dão conta de que há povoados onde não se fala o idioma nacional e onde os professores, a pedido dos pais, ensinam em português.

Como reação a essa constatação, o governo uruguaio através do “Reglamento de Instrucción Pública” de 1877 estabeleceu a escolarização obrigatória em língua espanhola. Com resultado, o português fronteiriço ou os DPU (Dialectos Portugueses do Uruguai) eram falados como língua materna pela população descendente de portugueses, sendo seu uso restrito a situações privadas ou familiares. Por outro lado o espanhol era usado pelos agentes educativos e por todos os setores profissionais, religiosos e administrativos. A situação linguística foi classificada por Behares⁸ como diglossia clássica, configurada claramente na primeira metade do século XX.

Behares fala ainda em “diglossia autoritária”, no período da ditadura militar uruguaia quando o uso do português fronteiriço foi taxado como antinacional e teve seu uso proibido. Durante este período (décadas de 70 e 80) o regime militar uruguaio se posicionava também, abertamente contra “la penetración idiomática a través de la televisión brasileña”⁹.

Observando a trajetória do português no Uruguai, vemos que essa língua foi usada em todos os contextos até meados do século XIX. A partir de 1877 o governo uruguaio inicia uma política de favorecimento do espanhol limitando cada vez mais os espaços de uso do português-fronteiriço, até sua proibição (criminalização) durante a ditadura militar. Com essa política, o

⁸ BEHARES, Luís. *Português Del Uruguay y educación fronteriza*. Montevideo: ANEP-CODILEN, 2004. p. 12.

⁹ Op. Cit., p. 13.

português-fronteiriço sobreviveu como língua dominante apenas em povoados mais isolados e pobres, com menor acesso a boas escolas. Essa situação levou o português-fronteiriço a ser considerado uma variedade baixa, reprimida ou apenas tolerada, ligada ao fracasso escolar de seus usuários.

Essa política linguística, semelhante a que foi aplicada às línguas dos imigrantes no período da ditadura getulista no Brasil, sofreu uma reviravolta com os acordos educacionais do Mercosul, em função dos quais os países-membros assinaram acordos priorizando o ensino do português ou espanhol como língua estrangeira nos respectivos sistemas educacionais. Após alguma relutância, foi implantado no Uruguai um “Programa de inmersión dual español-portugués en escuelas fronterizas”, conduzido por um grupo de pesquisa em linguagem e educação, instituído pelo governo. Esse grupo preparou materiais didáticos, um “Guía del Maestro” e orienta dois centros de formação de professores, um em Montevideu (Licenciatura) e outro em Rivera (Maestria).

A “inmersión dual” implica aulas de todos os conteúdos em português e espanhol. Para os falantes do português fronteiriço, parte-se de sua competência comunicativa nessa língua, acrescentando novas estruturas e léxico do português padrão, habilitando-os a ler e escrever nessa língua. Como resultado final, se espera que o aluno seja fluente nas duas línguas. Existem programas de “inmersión dual” em 6 departamentos (estados) do Uruguai.

O quadro imaginado por Behares¹⁰ para essa nova situação inclui o português padrão nas opções linguísticas do Uruguai:

DIGLOSIÁ	VARIEDADES	HABLANTES	USOS VALORES
“Nueva” ca. 1995	“A. Español Uruguayo	Agentes educativos, sectores profesionales, religiosos, administración. Población alfabetizada y de clase media.	Para todos los fines públicos. Prestígio en tanto proviene de la capital. Marca de superioridad social. Asociada a la “identidad oriental”.
	“B. Portugués Fronterizo	- Clases bajas con escasa alfabetización, como lengua materna. - Clase media, como lengua de comunicación coloquial.	Uso privado. No se le atribuye valor de “variedad lingüística”, aunque ya se vincule con la “identidad regional”. Marca de inferioridad social. Aceptada como “rasgo folklórico”. No genera adhesión en sus hablantes de clases bajas, pero en muchos de la clase media.
	“C. Portugués Estándar	Sectores cultos de la clase media. Televisión	Valorizada en función de la integración

¹⁰ Ibidem, p. 14.

Quadro 1- Evolución de la diglosia fronteriza – Nueva Ca. 1995
(BEHARES, 2004, p. 14)

Os DPU são ou foram objeto de pesquisa em vários projetos que pesquisam o “continuum linguístico” português-espanhol ao longo das fronteiras com o Uruguai e Argentina. O ADDU (Atlas Linguístico, Diatópico e Diastrático del Uruguay) apresenta dados de falantes do DPU, que podem ser comparados com os do ALERS em alguns aspectos. O “BDS-Pampa” da UCPel e UFPel está levantando dados do português falado ao longo de toda área fronteiriça e o “Projeto DPU” da UCPel e Universidad de la República tenta registrar dados dos dialetos portugueses do Uruguai em povoados onde o português fronteiriço ainda é falado. A análise desses dados é de grande importância para o conhecimento das características do português-fronteiriço e a preparação de materiais didáticos para os programas de ensino de português nas escolas uruguaias.

2.4 A expansão do português-espanhol na América Latina através do ensino

Antes dos acordos do Mercosul, o ensino do português em países da América Latina era feito eventualmente através de leitorados vinculados ao Ministério das Relações Exteriores ou do Instituto Camões, de Lisboa. Não há levantamentos sobre essas atividades, mas a impressão que se tem é que quase todas estas atividades se concentravam na Europa, com raras experiências na América Latina.

Em contrapartida, desde a criação dos Cursos de Letras no Brasil, no início do século XX, o ensino do espanhol era contemplado na formação de professores com habilitação em “Línguas Neo-Latinas” (francês, italiano e espanhol). Tínhamos, portanto, professores habilitados para ensinar espanhol, embora poucos estabelecimentos oferecessem esta língua. Francês era a língua mais estudada entre nós, na primeira metade do século XX.

Do outro lado, a recíproca não era verdadeira. Os cursos de licenciatura nos países ibero-americanos não formavam professores de português, nem essa língua era ensinada nas escolas de ensino fundamental ou médio.

2.4.1 O efeito Mercosul

Os acordos do Mercosul abriram as portas para a formação de professo-

res de língua portuguesa na Argentina e Uruguai e para seu ensino nos cursos fundamental e médio. Como não havia tradição de ensino de português nesses países, o cumprimento pleno dos acordos segue em marcha lenta, mas aos poucos o ensino de português se torna realidade.

No Brasil, onde já havia licenciatura em português/espanhol, os acordos do Mercosul, auxiliados por *lobby* de grandes investidores espanhóis ensejou um desenvolvimento extraordinário de licenciaturas em espanhol e a adoção do espanhol em escolas de ensino fundamental e médio. A LDB/1996 estabeleceu o ensino de duas línguas estrangeiras nos currículos escolares e os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN/LE/1998 sugeriram o ensino do inglês por ser língua internacional e o espanhol por causa dos acordos do Mercosul e da facilidade de aprendizagem para o aluno brasileiro. Com o *lobby* dos investidores espanhóis e do Instituto Cervantes no debate legislativo, o ensino do espanhol se tornou obrigatório no ensino fundamental e médio a partir de 2005. Como consequência, milhões de brasileiros estão estudando espanhol.

No dizer de Francisco Moreno Fernández do Instituto Cervantes: “La situación del español al inicio del siglo XXI en Brasil es de bonanza, de auge y de prestigio. En este momento se vive un crecimiento espectacular de la demanda de cursos de español, con todo lo que implica el proceso de enseñanza-aprendizaje de un idioma extranjero: necesidad de material impreso y sonoro, necesidad de profesorado y de organización de cursos, por citar solo algunas de las principales áreas implicadas”¹¹.

Mas, a recíproca, novamente não é verdadeira. Mesmo na Argentina e Uruguai o ensino de português não alcança percentuais semelhantes ao ensino do espanhol no Brasil. E no resto da América Latina o ensino do português como língua estrangeira é quase inexistente.

2.4.2 Escolas Bilíngues de Fronteira

Uma experiência sem dúvida positiva no programa educacional do Mercosul é o projeto de “Escolas Bilíngues de Fronteira”, desenvolvido em cidades próximas ao longo da fronteira Brasil/Argentina. A proposta foi feita na “Carta de Calafate”, em 2003, e confirmada por convênio firmado pelos

¹¹ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 18-19

ministros da Educação Tarso Genro (Brasil) e Daniel Firmos (Argentina), em 9/6//2004. Além de fixar as bases do modelo de ensino comum a essas escolas, o projeto tenta criar uma nova mentalidade de fronteira na nova realidade de integração dos países, via Mercosul.

Dentro da metodologia do Projeto existe um intercâmbio de professores argentinos e brasileiros, de tal forma que os alunos das duas cidades fronteiriças têm acesso a um ensino bilíngue, desenvolvendo dessa forma uma competência comunicativa em espanhol e português. O projeto começou com o intercâmbio entre escolas de Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen, na província de Misiones, na Argentina, estendendo-se, depois, para as cidades de Uruguaiana/Paso de los Libres, Itaqui/La Cruz, São Borja/Santo Tomaz e Foz do Iguaçu e Puerto Iguasu. O projeto é supervisionado pelo Instituto de Política Linguística (IPOL), sediado em Florianópolis.

3. Considerações Finais

O português já conseguiu seu objetivo de se expandir por todo o território brasileiro para ser a língua de interação para todos os seus cidadãos. Seu ensino nas escolas, particularmente a leitura e escrita, ainda deixam a desejar, como atestam testes avaliativos nacionais e internacionais.

Mas é, sobretudo, no ensino e difusão do português como língua estrangeira que enfrentamos ainda grandes dificuldades. Materiais didáticos escassos e poucos cursos que efetivamente preparam professores para ensinar o português como língua estrangeira.

A expansão do ensino do espanhol no Brasil contou com um conjunto de fatores sabiamente coordenados por hispanistas ligados ao Instituto Cervantes junto ao mercado livreiro e aos investidores espanhóis no Brasil, usando o momento favorável da criação do Mercosul. Como vimos anteriormente, a penetração ou expansão do português na América Latina é muito tímida e não adianta fazer tentativas de expansão se não contarmos com recursos humanos e materiais para essa empreitada.

Parece que há necessidade de uma coordenação centralizada e competente de políticas públicas que levem à promoção e difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira. Nesse sentido já foi proposta a criação do “Instituto Machado de Assis” com representação de setores do governo e da comunidade

acadêmica. Infelizmente, até o presente, não contamos com sua implantação e nem com a implementação de meios que deem condições de competição à língua portuguesa. É papel da AILP e outras associações congêneres lutarem por mecanismos (como o Instituto Machado de Assis) que melhorem as condições de ensino do português como língua materna e como língua estrangeira.

ABSTRACT

In this paper we present a summary of the expansion of Portuguese through Brazilian territory, where former speakers of Indigenous, African and Immigrant languages adopted Brazil's official language. But our main attention will be paid to the increase of border contacts of Spanish and Portuguese due to Mercosul agreements. We also present an evaluation of the linguistic policies of the Uruguayan government dealing with the presence of a large number of Portuguese speakers in the border provinces since colonial times. The teaching of Portuguese or Spanish as foreign languages after Mercosul agreement will be analysed, emphasizing the "Border Bilingual Schools Program" in border cities of Argentina and Brazil.

KEY-WORDS: Portuguese in Latin América; border Portuguese dialects in Uruguay; teaching Portuguese as a foreign language.

Recebido em 10/06/2009

Aprovado em 24/08/2009